

Rafael Morgentale Disconzi

Ensino de Sociologia

história, metodologia e conteúdos



Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice





Apresentação

Olá, alunos! Vocês estão acessando o e-book da disciplina de Ensino de Sociologia: história, metodologia e conteúdos, do curso de Especialização em Ensino de Sociologia.

Trata-se de um livro virtual, no qual, durante a leitura dos textos que o compõem, aparecerão diversas ferramentas complementares, que auxiliarão na reflexão ampliada e aprofundada do conhecimento. Vocês encontrarão vídeos e links, dentre outras diversas ferramentas disponíveis na web.

O texto apresentado baseou-se primordialmente no material: Curso de Especialização em Ensino de Sociologia - Nível Médio: Módulo 1. RÊSES, Erlando da Silva; SANTOS, Mário Bispo dos. Cuiabá, MT: Central de Textos, 2013.

É importante ressaltar que há também outras contribuições teóricas relevantes para o aprofundamento do estudo.

A finalidade deste e-book é entrarmos em contato, de maneira interativa e conectiva, com o conteúdo teórico que será apresentado durante a disciplina.

Portanto, aproveitem cada momento e bons estudos a todos.



Introdução

O e-book será apresentado de acordo com sua periodização histórica, e os próprios títulos abaixo são escolhas seguindo uma linha teórica de raciocínio, constituída de perspectivas e recortes do longo percurso que a Sociologia percorreu no ensino básico. São quatro os momentos da Sociologia no Ensino Médio no Brasil:

- O aparecimento da Sociologia nos currículos escolares e a influência do positivismo no período de 1891-1925
- A institucionalização da disciplina Sociologia na educação básica: um olhar de 1930 a 1942
- Da exclusão à volta tímida: o caminho marginal que a Sociologia percorreu no Ensino Médio (1942-1983)
- A reinserção da disciplina de Sociologia: a lei e a obrigatoriedade no Ensino Médio (1983-2009)



Primeiro Momento da História da Sociologia no Ensino Médio no Brasil

1. O aparecimento da Sociologia nos currículos escolares e a influência do positivismo no período de 1891-1925

Após a Proclamação da República, em 1889, houve uma série de discussões a respeito das mudanças que seriam necessárias à luz da nova forma de governo que estava sendo gestada. Durante o Império, em 1882, Rui Barbosa havia apresentado um projeto que tratava sobre a reestruturação do ensino no Brasil. Nele abarcava a primeira proposta de inclusão da Sociologia no curso secundário.

No entanto, a disciplina sociológica foi introduzida oficialmente nos currículos escolares em 1891, na reforma educacional apresentada por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, com o nome de “Sociologia e Moral”, que seria ministrada somente nos últimos anos do ensino secundário. Essa disciplina baseava-se num

ideário positivista - nos preceitos da evolução social de Comte, este em especial, mas também sob a influência do inglês Herbert Spencer, do chamado “darwinismo social”. Assim a República instauraria uma sociedade com base no conhecimento científico, comportamento racional, e não mais nos valores religiosos próprios do regime imperial. As palavras de Ordem e Progresso assumem uma orientação patriótica e civil fundamental na condução de uma nova nação que estava surgindo.

O que podemos perceber desta conjuntura é o caráter elitista que a disciplina assumira, ao se voltar para as últimas séries da Educação Básica – o que se encontrava em consonância com o pressuposto comteano que via a Sociologia como a ciência mais complexa, a física social, e que, portanto, o seu ensino deveria ‘coroar’ o ensino das demais ciências – e para os cursos superiores, ambos níveis de acesso restrito à população, nesse momento,



caráter esse que foi mantido pelas reformas posteriores. (OLIVEIRA, 2013, p. 180)

Na virada do século XIX para o XX, em 1901, com a Reforma Epitáfio Pessoa, a Sociologia é retirada do ensino secundário. É somente duas décadas depois, em 1925, com a Reforma do ministro Rocha Vaz, que a Sociologia retorna aos currículos escolares e passa a ser ministrada na 6º série do curso ginásial (essa série não era obrigatória para conclusão do ensino secundário, fato que na prática beneficiava os filhos das classes mais altas).

Os entraves nesse período eram muitos. Em virtude da inexistência de formação de profissionais de Ciências Sociais/Sociologia, a prática de lecionar era um desafio a ser ultrapassado em termos educacionais. Assim, o

(...) espriamento do ensino de Sociologia ocorreu na ausência de cursos de formação de professores de Sociologia, sendo comum a presença de advogados, médicos e engenheiros para cobrir essa carência. É interessante também notar que essa Reforma (1925), que, entre outras providências, institui a obrigatoriedade

do ensino de Sociologia na escola secundária de então – cursos preparatórios e complementares, – foi concebida durante o governo talvez mais autoritário da chamada República Velha, o de Arthur Bernardes (MOARES, 2011, p. 362, apud OLIVEIRA, 2013, p. 181).

Percebemos que, longe de constituir uma discussão assentada num pensamento crítico, ideologicamente questionador, a Sociologia apresentou-se também como uma disciplina conservadora, preocupada em afirmar uma visão harmônica da realidade social, preocupada ainda com o processo de construção de determinada concepção de homem, como podemos perceber em mais uma das regras presentes nesse livro.

1.1 Os pressupostos positivistas e sua influência na educação

Os primeiros estudos da sociologia da educação vieram da matriz positivista no século XIX e XX, inaugurada por Auguste Comte, que foi seguido por Herbert Spencer e posteriormente por Émile Durkheim, este último o maior representante dessa matriz. A



educação positivista consiste na formação moral dos membros da sociedade (no caso a que ele pertence) para que cheguem a um consenso, em cuja base prevaleceria um estado de harmonia e ordem (PILETTI; PRAXEDES; 2010, p.19). Nesse sentido, as formas de ensino da educação formal têm um objetivo claro: a sociedade industrial só pode se estruturar se cada indivíduo for educado para contribuir de maneira útil em benefício do todo social.

Auguste Comte (1798-1857), nascido em Montpellier, França, tornou-se discípulo de Saint-Simon, de quem sofreu enorme influência. A filosofia positivista o levou a ser devoto de uma concepção intelectual que vincula diretamente o pensamento científico, considerado para este como verdadeiro.

De acordo com seu livro Curso de Filosofia Positiva, cunhou o termo física social (COMTE, 1978a, p.8) para designar a criação de uma nova ciência que posteriormente chamou de Sociologia, na obra chamada de Física Social, publicada em 1838, e em Discurso sobre o Espírito

Positivo, em 1844 (COMTE, 1978b, p. 90).

Segundo a teoria comteana, as sociedades passariam por um processo de evolução histórica que o autor chamou de Lei dos três estados, no qual passariam de um estado ou estágio menos evoluído para o máximo da racionalidade e progresso que a humanidade estava constatando (parâmetro para tal desenvolvimento era a sociedade europeia) - advindos da industrialização e da filosofia positiva.

Em outra obra intitulada Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, Comte deixa clara a perspectiva de consenso e coesão que o positivismo poderia a vir instaurar no seio societal:

Uma sistematização real de todos os pensamentos humanos constitui, pois, nossa primeira necessidade social, igualmente quanto à ordem e ao progresso. A realização gradual desta ampla elaboração filosófica fará espontaneamente surgir, em todo o Ocidente, uma nova autoridade moral, cuja inevitável ascendência colocará a base direta



da reorganização final, ligando as diversas populações avançadas através da mesma educação geral, que fornecerá para toda parte, para a vida pública como para a vida privada, princípios fixos de julgamento e de conduta. Desse modo, os movimentos intelectuais e de comoção social, cada vez mais solidários, conduzem de agora em diante a elite da humanidade ao advento decisivo dum verdadeiro poder espiritual [...]. (COMTE, 1978c, p.97-98)

Nesse contexto do positivismo como religião da humanidade, a educação teria uma importância preponderante, pois seria o veículo que conduziria a formação moral às futuras gerações. Parafraseando Nelson Piletti e Walter Praxedes (2010, p.21),

[...] educação e moral se fundem no sistema comtiano em um processo pedagógico organizado para tornar o indivíduo capaz de controlar o seu egoísmo por meio do progressivo desenvolvimento de suas funções afetivas e intelectuais, podendo, dessa maneira, integrar-se à ordem social positiva.

Na perspectiva positivista, o papel central

da educação seria de reorganizar a sociedade que estava em crise (período de profundas transformações sociais oriundas da Revolução Industrial). Dessa maneira, não se aceita os conflitos gerados pelos antagonismos provenientes das contradições descritas acima.

O inglês Herbert Spencer (1820-1903), pouco abordado nos manuais de educação, aprofundou uma característica peculiar em relação a Auguste Comte, o paradigma organicista. É organicista porque sua visão de sociedade se baseia em uma analogia ao modo como funcionam os organismos vivos - daí o emprego do termo função. Segundo a teoria spenceriana, os indivíduos estariam submetidos às mesmas leis que regulam o mundo natural. Em outras palavras, a sociedade emergiria de uma evolução biológica e social, passando de um estado uniforme a um multiforme. Spencer, em seu livro *O que é uma sociedade?* (1977, p.148-149), salienta que a sociedade está em constante avanço e processo de crescimento:

À medida que ela cresce, suas partes



tornam-se dessemelhantes, sua estrutura fica mais complicada e as partes dessemelhantes assumem funções também dessemelhantes. Essas funções não são somente diferentes: suas diferenças são unidas por via de relações que as tornam possíveis umas pelas outras. A assistência que mutuamente se prestam acarreta uma mútua dependência das partes. Finalmente, as partes, unidas por esse liame de dependência mútua, vivendo uma pela outra e uma para a outra, compõem um agregado constituído segundo o mesmo princípio geral de um organismo individual. A analogia de uma sociedade com um organismo torna-se, ainda, mais surpreendente quando se vê que todo organismo de apreciável volume é uma sociedade (...).

O evolucionismo spenceriano foi fortemente derivado do evolucionismo biológico de Charles Darwin. A partir desse fato, suas formulações ficaram conhecidas como 'darwinismo social' (COSTA, 2002, p.49). Suas ideias influenciaram enormemente a sociedade norte-americana, na qual sua teoria repercutiu em várias áreas e especialmente no sistema educacional teve

grande influência. A frase "sobrevivência do mais apto" é de sua autoria e, explicava, por exemplo, a diferença no aproveitamento escolar dos alunos de classes altas em relação aos de classes baixas (estes últimos na maioria oriundos de grupos étnicos de negros, mestiços e latinos de modo geral). Em outra obra de sua autoria - Como elevar o nível intelectual de nossos jovens, Spencer (1987, p.39) descreve claramente sua ideia sobre a educação, afirmando que, "[...] a mente desenvolve-se como todas as coisas que se desenvolvem, ela passa do homogêneo ao heterogêneo". Sobre a educação infantil, declarava que a criança deveria ser guiada pelos mesmos processos evolucionários por que a humanidade passou:

(...) a gênese da erudição do indivíduo deve seguir a mesma trajetória que a gênese da erudição da raça. Em rigor, este princípio pode ser considerado como já expresso por inferência; já que ambos são processos de evolução, devem ajustar-se àquelas mesmas leis gerais de evolução já aludidas, e, portanto, devem harmonizar-se entre si. (SPENCER, 1987, p.44)



Representando uma visão de reprodução contínua de fases e estágios desenvolvimentistas, como Comte já havia descrito, Spencer dá uma importância excepcional para a educação, relatando que ela é “[...] derivada da transmissão da lei de hereditariedade” (1987, p. 45), ao ponto de criar uma tentativa de explicação sobre as imensas desigualdades existentes entre os indivíduos:

(...) sucessivas gerações que transmitiram os efeitos acumulados aos seus descendentes; se julgamos que as diferenças são agora orgânicas, de forma que uma criança francesa transformasse num homem francês mesmo quando criada entre estrangeiros; e se o fato geral assim ilustrado é de verdade de toda a natureza, inclusive o intelecto, então concluímos que, se existir uma ordem pela qual a raça humana dominou seus vários tipos de conhecimentos, surgirá em toda a criança uma capacidade de adquirir esses tipos de conhecimentos na mesma ordem. (SPENCER, 1987, p.45-46)

Spencer foi um defensor do ensino prioritário da ciência que tinha como objetivo fornecer aos jovens um conhecimento sobre o funcionamento

da natureza que lhes desse subsídios de se adaptar às exigências do mundo moderno, típico da competição e da concorrência.

O terceiro e o mais importante autor positivista no estudo da sociologia da educação é o também francês Émile Durkheim (1858-1917), que viveu numa época de tensão entre o entusiasmo do desenvolvimento da França e o “[...] risco de ver a sociedade esfacelar-se em uma poeira de indivíduos isolados em decorrência da quebra dos padrões tradicionais de coesão social.” (SOUZA, 2009, p.76). Ele reivindicava vigorosamente que a educação escolar assumisse a tarefa de criar outros novos padrões de solidariedade social numa sociedade submetida a um ritmo de mudança tão intenso.

É importante ressaltar que Durkheim acreditava que a sociedade exerce uma coerção social sobre os indivíduos, definindo-a como uma espécie de pressão para aderir às regras, aos hábitos e costumes estabelecidos pelo grupo, comunidade ou sociedade. Essa imposição é exterior e independente da vontade do indivíduo e foi chamada pelo autor de ‘fato social’.



Para Durkheim (1978, p. 60) a educação significa “[...] ação exercida por uma geração sobre a geração seguinte, com o fim de adaptá-la ao meio social”. Nesse sentido, a adaptação é uma função imprescindível para o indivíduo na sua vida em sociedade. Outra palavra largamente utilizada pelos positivistas é o consenso, como suporte para acomodação da “consciência coletiva”. A ótica durkheimiana confere que a educação, independentemente do lugar e da época em que é realizada, tem o mesmo objetivo primordial da socialização – formar o ser social em indivíduo socialmente ajustado.

No livro *Educação e Sociologia*, Durkheim esclarece em seus discursos o porquê de muitos indivíduos não conseguirem adaptar-se em instituições como o trabalho, a escola, entre outras. Sua resposta é radicalmente diferente da de Marx, por exemplo, que fazia severas críticas à divisão do trabalho. Para Durkheim, a organização do trabalho no mundo moderno

[...] obriga a nos dedicarmos a uma tarefa, restrita e especializada. Não podemos, nem nos devemos dedicar, todos, ao mesmo gênero

de vida; temos, segundo nossas aptidões, diferentes funções a preencher, e o trabalho que nos incumbe. Nem todos somos feitos para refletir; e será preciso que haja sempre homens de sensibilidade e homens de ação. (DURKHEIM, 1978, p. 35)

Essa foi a visão que predominou nos cursos de formação de professores e, conseqüentemente, em sala de aula por muitas décadas no século XX.



Segundo Momento da História da Sociologia no Ensino Médio no Brasil

2. A institucionalização da disciplina Sociologia na educação básica: um olhar de 1930 a 1942

A década de 30 é o momento mais promissor para as Ciências Sociais no país - é nesse período que há a institucionalização da disciplina Sociologia na escolarização média. A Reforma intitulada Francisco Campos (1931) se caracterizou pela alta seletividade, pois, baseada no ensino enciclopédico, servia de preparação para o vestibular, particularmente para as faculdades de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura (no contexto social da época, a maioria da população da zona rural era iletrada, não sabia ler e escrever, e a população urbana mal alcançava a educação primária). Percebe-se para qual classe a educação, especificamente o currículo, estava sendo gestado: "educação como sinônimo de privilégio de classe". Era nesse contexto elitista que a sociologia estava sendo ministrada.

Em 1942, na Reforma Capanema, a Sociologia voltou a ser novamente excluída do currículo durante o Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas. Essa reforma refletiu as contradições políticas e sociais por que passava o Brasil - fundava-se em princípios do populismo nacionalista e fascista. O objetivo da reforma era desvincular o ensino secundário do ensino superior. A Sociologia tinha mais um caráter preparatório do que formativo, retomando, assim, a formação humanística, moral e religiosa perdida na Reforma anterior (Francisco Campos), que havia efetivado um currículo de caráter científico. Na Reforma Capanema predominou o pensamento religioso, de cunho católico, em detrimento da concepção escolanovista. Na ordem social oligárquico-aristocrático, o Estado, quanto à sua ação política, padecia de sentido e, assim, a Igreja católica exercia uma grande influência nas determinações em relação à escolarização no Brasil.



Segundo Moraes (2011), a ausência da Sociologia nos currículos escolares deve-se mais à questão de não ter um entendimento da importância da disciplina no contexto do processo socioeducacional e menos ao aspecto ideológico, em virtude da

[...] indefinição do papel dessa disciplina no contexto de uma formação que se definia mais orgânica, resultado do estabelecimento de uma burocracia mais técnica e mais exigente ou convicta em relação à concepção de educação. De certa forma, pode-se dizer que os defensores da Sociologia não conseguiram convencer essa burocracia educacional quanto à necessidade de sua presença nos currículos (MORAES, 2011, p. 365).



Terceiro Momento da História da Sociologia no Ensino Médio no Brasil

3. Da exclusão à volta tímida: o caminho marginal que a Sociologia percorreu no Ensino Médio (1942-1983)

Após a ditadura do Estado Novo (1937 a 1945) e mesmo no período de redemocratização, entre os anos de 1946 e 1964, a Sociologia esteve ausente da escola como disciplina oficial. Mas a discussão sobre a reinserção da Sociologia no ensino secundário aparece em diversos fóruns acadêmicos. Nesse espaço de tempo, a ciência sociológica como disciplina curricular está incorporada às ideias de mudança e reforma social. Os dois propositores com maior envergadura que se destacaram foram Florestan Fernandes e Costa Pinto.

No início da década de sessenta, os debates em torno da importância do ensino da Sociologia no sistema escolar se intensificam. Em 1961, é lançada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que não se apresentou nenhum

avanço quanto à reinclusão dessa disciplina. Dois anos depois, na Resolução nº 7, de 23 de dezembro, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo incorporou a Sociologia como disciplina optativa nos cursos clássico, científico e eclético (caberia às escolas a decisão de ofertar). Com o golpe militar de 1964, a estrutura educacional sofreu várias interferências, em particular a Reforma Universitária de 1968 e a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus de 1971, com vistas a adaptá-las às novas exigências político-ideológicas. A Reforma de Jarbas Passarinho (1971) inclui no currículo escolar a disciplina Organização Social e Política do Brasil, conhecida por OSPB, além da Educação Moral e Cívica e a Educação Religiosa, as duas últimas já contidas na Reforma Capanema. De acordo com o sociólogo Costa Pinto, o longo período de ausência da Sociologia dos currículos escolares (1942-1982) atendeu às inspirações ideológicas, que a entendiam como



algo perturbador da ordem pública, associada inclusive ao comunismo.

Ainda que seja inegável que as políticas educacionais adotadas durante a ditadura militar, com a tentativa que tecnificar todo o Ensino Médio, tenham sido um duro golpe para o ensino de Sociologia, interpretamos esse momento mais como uma continuidade com relação ao cenário que vinha se delineando desde os anos 40. Este cenário levou obviamente a um processo de redirecionamento dos cursos de Ciências Sociais, a partir de então preocupados essencialmente com o universo da pesquisa. Este quadro se acentuou com a Reforma Universitária de 1968 que separou as Faculdades de Educação das de Ciências Sociais, tornando a educação um objeto de reflexão ainda mais distante (CUNHA, 1992; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2012).

A partir da década de oitenta há inúmeras mobilizações públicas para o retorno da Sociologia ao ensino médio. Em 1983, a Sociologia, de forma muito tímida, voltou a ser ofertada segundo os interesses das escolas em incluí-la, por meio de uma solicitação às secretarias estaduais de educação.



Quarto Momento da História da Sociologia no Ensino Médio no Brasil

Das mobilizações à reinserção da disciplina de Sociologia: a Lei nº 11.684 e a obrigatoriedade no Ensino Médio (1983-2009)

Como vimos, o início dos anos 80 foi bastante agitado quanto às pressões para o retorno da disciplina de Sociologia nas escolas. Em São Paulo, a Associação dos Sociólogos promoveu o “Dia estadual de luta pela volta da Sociologia ao 2º Grau”, um marco histórico realizado em 27 de outubro de 1983.

A disciplina só foi lembrada novamente na redemocratização do País. Em 1982 é aprovada a lei 7.044, que propõe o fim da obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau porque se percebeu que não estava se efetivando nem a preparação para o mercado de trabalho, nem para a continuidade dos estudos no ensino superior. O ensino de Sociologia passa a constar da parte diversificada do currículo, principalmente nos cursos acadêmicos. A tônica da profissionalização começa a ceder

terreno para uma concepção de educação mais abrangente, permitindo pensar uma escola de ensino médio voltada para a construção do direito à cidadania, uma das fontes de revitalização da Sociologia (RÊSES, 2004, p. 6)

Foi somente em 1989 que houve o retorno da disciplina em alguns estados (Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo). No ano posterior, o retorno chegou a ser significativo quanto ao número de estados da federação, como: Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará, entre outros.

Em 1996, a Lei nº 9.394, do artigo 36, § 1º, inciso III, estabelece que “[...] ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. O Art. 36 não oficializava a abertura da Sociologia como disciplina, assegurava apenas a obtenção dos “conhecimentos necessários”. Em 1998,



foi aprovado o Parecer 15/98 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), segundo o qual os estudos da Filosofia e Sociologia devem estar presentes na área de Ciências Humanas e suas tecnologias para o cumprimento do Art. 36. A partir desse artigo, muitas entidades, organizações e pessoas interpretaram, de maneira equivocada, a oficialização da Sociologia nos currículos escolares. Todavia, o Parecer nem sequer citava essas matérias como disciplinas.

A pressão em concretizar a Sociologia com status de disciplina aumenta em 2000. O projeto de lei do deputado estadual Padre Roque (PT-PR), de 8 de outubro de 2001, tornava obrigatória em todas as escolas de ensino médio (públicas e privadas), a oferta de Sociologia e Filosofia em formato de disciplina. Na ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o projeto, seguindo as orientações do Ministro da Educação Paulo Renato. Após o veto presidencial à Sociologia, dois anos depois o deputado Ribamar Alves (PSB-MA) apresentou o PL 1.641/03,

recomendando a alteração dos dispositivos do Art. 36 da LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), para tornar as disciplinas acima citadas como obrigatórias no ensino médio.

.....
Mas de novo o golpe foi certo, pois em junho de 2004, apoiado por 51 deputados, o projeto foi impedido de ir para o Senado. Somente no ano de 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma mudança na DCNEM de 1998. A Resolução nº4 de 2006 acata a solicitação de incluir a Sociologia e a Filosofia como disciplinas oficiais no currículo escolar. Mas foi em 2 de junho de 2008, que o então Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, decreta a Lei nº 11.684, constituindo um marco histórico - a obrigatoriedade da Sociologia em todas as séries do ensino médio, colocando um fim à luta incansável de mais de um século por reconhecimento.

.....



.....

De acordo com Lígia Wilhelms Eras (2014, p.21) o quadro ao lado, demonstra uma síntese de três modulações de tempo e movimentos significativos de contextos sociais que circundaram as redefinições do Ensino de Sociologia na Educação Básica: primeiramente, o contexto das lutas e mobilizações a favor da inclusão da disciplina sociológica nos currículos da educação escolar (anos 80 a 90); segundo, a vitória da obrigatoriedade do ensino na esfera política (legislativo) (2008); terceiro, a sucessiva inserção, a pós-obrigatoriedade como um rearranjo de inquietações de como a Sociologia pode ou poderá estar nas escolas (a partir de 2011).

Quanto ao papel ideológico e científico da Sociologia, ao fazer uma retrospectiva, vários autores denunciam a atuação da disciplina no ensino médio, pois historicamente ela ficou

obscura no estudo dos conflitos e contradições sociais:

[...] não se levou nunca em consideração o contexto da Reforma Benjamim Constant (1890), nem da Reforma Rocha Vaz (1925), nem das Reformas Francisco Campos (1931 e 1932), nem a permanência da Sociologia entre 1937 e 1942, período francamente ditatorial, com tendências fascistas. Nem se leva em conta que a exclusão em 1942, com a Reforma Capanema, se dá, justamente, no momento de guinada do governo Vargas para o lado dos aliados [...]. Não se leva em consideração também, por que não ocorre o retorno da disciplina no período de 1946 a 1964 (para ficar nos limites da República Nova), embora definido como República Populista, mas reconhecido como democrático, com Constituição vigendo e funcionamento irrestrito dos poderes Legislativo e Judiciário. Por outro lado, se aceita e se reforça uma possível caracterização ideológica da disciplina, ignorando as tensões internas às Ciências Sociais e à ciência Sociologia, e mesmo da disciplina escolar que, até os anos 1940, tendia mais para uma concepção conservadora, de controle social, do que de emancipação e crítica. (MORAES: 2012, p. 3 apud ERAS, 2014, p. 31).

Fonte: Historicidades e as Ciências Sociais em construção/institucionalização, por Lígia Wilhelms Eras



Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, para (re)construir o real propósito do conhecimento sociológico face à dinâmica social no currículo escolar, “[...] é necessário descolonizar o pensamento latino-americano” para (re)pensar a identidade cultural.

.....

Vídeo: Boaventura de Sousa Santos. Por que as Epistemologias do Sul?

Para finalizar, veja a produção do quadro-resumo, que busca explicitar os diferentes tempos históricos da presença do Ensino de Ciências Sociais e Sociologia no currículo escolar:

- a) período de 1891-1941: corresponde à sua institucionalização;
- b) 1942-198: representa a ausência como disciplina obrigatória; e por último,
- c) 1982-2001: reinserção gradativa no ensino médio.



Quadro-Resumo

A Sociologia no contexto das reformas educacionais de 1891-2008
(Mário Bispo dos Santos, completado por Ileizi Luciana Fiorelli Silva)

1. (1891-1941) - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1891 – A Reforma Benjamin Constant propõe, pela primeira vez no Brasil, a Sociologia como disciplina do ensino secundário.

1901 – A Reforma Epiácio Pessoa retira oficialmente a Sociologia do currículo, disciplina esta que nunca chegou a ser ofertada.

1925 – A Reforma Rocha Vaz coloca novamente a Sociologia como disciplina obrigatória do curso secundário, no 6º ano. Como decorrência dessa Reforma, ainda em 1925, a Sociologia é ofertada aos alunos do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tendo como professor Delgado Carvalho.

1928 – A Sociologia passa a constar dos currículos dos cursos normais de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde foi ministrada por Gilberto Freyre, no Ginásio

Pernambucano de Recife.

1931 – A Reforma Francisco Campos organiza o ensino secundário em um ciclo fundamental de cinco anos e um ciclo complementar dividido em três opções destinadas à preparação para o ingresso nas faculdades de Direito, de Ciências Médicas e de Engenharia e Arquitetura. A Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.

1933 – Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

1934 – Fundação da Universidade de São Paulo, que conta com Fernando de Azevedo como o primeiro diretor de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e como catedrático de Sociologia.

1935 - Introdução da disciplina Sociologia no curso normal do Instituto Estadual de Educação



de Florianópolis, com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.

1942 – A Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos cursos secundários, com exceção do curso normal.

2. (1942-1981) AUSÊNCIA DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

1949 – No Simpósio O Ensino de Sociologia e Etnologia, Antônio Cândido defende o retorno da Sociologia aos currículos da escola secundária.

1954 – No Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo, Florestan Fernandes discute as possibilidades e limites da Sociologia no ensino secundário.

1961 – Aprovação da Lei 4.024, de 20 de dezembro, a primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no País. A LDB manteve a divisão do Ensino Médio em dois ciclos: ginásial e colegial.

1962 – O Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação publicam Os novos currículos para o ensino médio. Neles constavam

o conjunto das disciplinas obrigatórias, a lista das disciplinas complementares e um conjunto de sugestões de disciplinas optativas. Sociologia não constava de nenhum dos três conjuntos.

1963 – Resolução nº 7, de 23 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, na qual a Sociologia estaria presente como disciplina optativa nos cursos clássicos, científico e eclético.

1971 – Lei nº 5.692, de agosto, a Reforma Jarbas Passarinho que torna obrigatória a profissionalização no ensino médio. A Sociologia deixa também de constar como disciplina obrigatória do curso normal.

3. (1982-2001) REINSERÇÃO GRADATIVA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1982 – Lei 7.044, de 18 de outubro, que torna optativa para escolas a profissionalização no ensino médio.

1983 – Associação dos Sociólogos de São Paulo promove a mobilização da categoria em torno do “Dia Estadual de Luta pela volta da Sociologia



ao 2º Grau”, ocorrido em 27 de outubro.

1984 – A Sociologia é reinserida nos currículos das escolas de São Paulo.

1986 – A Sociologia passa a constar dos currículos das escolas do Pará e do Distrito Federal.

1989 – A Sociologia torna-se disciplina constante na grade curricular das escolas do Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A constituinte mineira e fluminense tornam obrigatório o ensino de Sociologia.

1996 – Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9394, de 20 de dezembro, na qual os conhecimentos de Sociologia e Filosofia são considerados fundamentais no exercício da cidadania.

1997 – A Sociologia torna-se disciplina obrigatória do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia.

1998 – Aprovação do Parecer nº 15, de 1º de junho, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), nas quais os conhecimentos de Sociologia são incluídos na

área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

1999 – Ministério da Educação lança os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) que trazem as competências relativas aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

2000 – No novo currículo das escolas públicas do Distrito Federal, a Sociologia aparece como disciplina obrigatória das três séries do ensino médio, com carga semanal de duas horas-aula.

2001 – Vetado pelo Presidente da República, o projeto de lei do Deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores do Paraná, que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas.

2001 – Veto presidencial em apreciação no Congresso Nacional.

2003 – Inicia-se nova equipe no MEC e nas secretarias de ensino médio e ensino profissionalizante (Governo de Luiz Inácio Lula da Silva – LULA,



2003-2006).

UEL introduz Sociologia nas Provas do Vestibular.

2004 – Forma-se uma equipe para rever os PCNEM. O MEC solicita às sociedades científicas a indicação de intelectuais ligados ao ensino para reformularem os PCNEM. Amaury Moraes e sua equipe inicia a elaboração das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Sociologia.

2005 – Amaury Moraes elabora o Parecer que questiona as DCNEM e encaminha ao MEC que encaminha ao CNE.

Cria-se o Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia na Sociedade Brasileira de Sociologia e ocorrem duas sessões especiais sobre as questões do ensino no Congresso em Belo Horizonte.

2006 – O CNE analisa a matéria e vota favorável ao Parecer e à mudança das DCNEM, tornando a Filosofia e a Sociologia componentes ou disciplinas curriculares obrigatórias em ao menos uma série do Ensino Médio.

2007 – Vários estados da federação questionam

essa medida junto ao CNE e aguardam o debate antes de implementarem; foram os casos de SP e RS. A maioria dos estados continuou a implantação da disciplina, elaborando diretrizes curriculares estaduais, realizando concursos públicos para professores de Sociologia e estruturando materiais didáticos.

A SBS realiza junto com a USP o 10 Seminário Nacional de Ensino de Sociologia entre os dias 28 de fevereiro a 2 de março, na Faculdade de Educação da USP. Cria-se a Comissão de Ensino de Sociologia no Congresso da SBS em Recife e mantém-se o GT Ensino de Sociologia, entre outras tantas atividades.

O Sinesp e a Apeosp organizam o 1º Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia e de Filosofia, em julho, em São Paulo, com a participação de cerca de 800 pessoas.

UFPR introduz Sociologia nas provas do Vestibular.

A Editora Escala cria a Revista mensal Sociologia: Ciência & Vida, revista vendida na maioria das



bancas do País.

2008 – Diante das resistências de alguns estados em acatar a mudança das DCNEM o Sindicato dos Sociólogos de São Paulo – Sinsesp liderou mais um movimento de pressão pela aprovação da lei que obriga o ensino de Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio, no Congresso e Senado Federal. Em 2 de junho de 2008, o Presidente da República em exercício, José de Alencar, assinou a lei 11.684.

A UFRN, com o apoio da SBS realiza o 10 Seminário Nacional de Educação e Ciências Sociais, nos dias 18 e 19 de abril, em Natal.

A FE-UFRJ, com o apoio do MEC e SBS, realizou o 10 Encontro Estadual sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica, no Rio de Janeiro, em 19 a 21 de setembro de 2008.

A FCS da UFG, realizou o 50 Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2008.

2009 – O CNE regulamenta o modo de implantação da Filosofia e Sociologia nas três

séries do Ensino Médio pela Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011.

A SBS realiza o 10 Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, nos dias 25 a 27 de julho na UFRJ (participação de cerca de 300 pessoas) e mantém o GT Ensino de Sociologia no seu Congresso bianual, realizado na sequência e que comemorou os 60 anos de existência da entidade. A FCS da UFG, realizou o 60 Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2009.

Fonte: SILVA, Ileizi. Coleção Explorando o Ensino de Sociologia. (2011) p. 40 a 44.



Referências

- ALVES, E. M. S.; COSTA, P. R. Aspectos históricos da cadeira de Sociologia nos estudos secundários. (1892-1925). In: Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 12, jul-dez 2006.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 1998.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 1999.
- _____. Orientações Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas tecnologias. MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.
- BRASIL. Lei nº11.684, 2 de junho de 2008. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm
- BRASIL. CÂMARA. Projeto de Lei nº1.641, 7 de agosto de 2003. Disponível: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127294>
- BRASIL. CÂMARA. Lei nº11.684, 2 de junho de 2008. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-publicacaooriginal-99168-pl.html>
- CARVALHO, L. M.. (org.) Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- COMTE, A. Curso de filosofia positiva. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978a, coleção Os Pensadores.
- _____. Discurso sobre o espírito positivo. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978b, coleção Os Pensadores.
- _____. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978c, coleção Os Pensadores.
- _____. Catecismo positivista / Auguste Comte. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978d, coleção Os Pensadores.
- COSTA, M. C. C. Sociologia: introdução à ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2002.
- DURKHEIM, É. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- _____. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FERNANDES, F. A Sociologia no Brasil. Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GUELFÍ, W. P. O movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: as reformas do secundário e os programas de ensino do Colégio Pedro II. Revista de Ciências Sociais Mediações. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 12, n. 1, jan/jun. 2007. Londrina: Midiograf, 2007.
- HANDFAS, A.; OLIVEIRA, L. F. (orgs.). A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.
- LIEDKE FILHO, Enno D. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n. 9, 2003.
- LORTON, A. Sociologia: compendio escolar para o curso gymnasial. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1926.
- MEDIAÇÕES. Revista de Ciências Sociais. Dossiê Ensino de Sociologia. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em



Ciências Sociais, v. 12, n. 1, jan/jun. 2007. Londrina: Midiograf, 2007.

MEKSENAS, P. Sociologia da Educação. Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MICELLI, S. História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995, vol. 2.

MORAES, A. C. Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela Obrigatoriedade. In: Cadernos CEDES. Campinas, v. 31, n. 85, 2011.

_____. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos Cedes, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

OLIVEIRA, A. P. Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. Acta Scientiarum Education, Maringa, UEM, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013.

_____. Ensino de Sociologia: novas temáticas e experiências internacionais. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 11-16, jan/mar, 2014.

PILETTI, N.; PRAXEDES, W. Sociologia da Educação. Do positivismo aos estudos culturais. São Paulo: Ática, 2010.

RÊSES, E. da S. E com a Palavra, os alunos: Estudo das Representações Sociais dos Alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília: UnB, 2004.

RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. B. A Sociologia no Ensino Médio - o que pensam os professores da rede pública. Brasília: UnB, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2002.

SANTOS, B. S. Por que as Epistemologias do Sul? In: Seminários Avançados Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 09 de Março de 2012. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHJM>. Acessado em 09 de Janeiro de 2013.

SILVA, I. F. Contexto histórico e pedagógico do Ensino de Sociologia na escola média brasileira. In: MORAES, Amaury César. Coleção Explorando o Ensino. Sociologia: ensino médio. Volume 15. Brasília: MEC, 2011.

_____. A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul. / dez. 2007.

SOUZA, S. M. A. N. A defesa da disciplina Sociologia nas políticas para o ensino médio de 1996 a 2007. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SOUZA, J. V. A. de. Introdução à Sociologia da Educação. 2. ed. São Paulo, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SPENCER, H. O que é uma sociedade? In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. Teoria sociológica. Tradução de Gisela S. Souza e Hélio Souza. São Paulo: Hucitec/USP, 1977.

_____. Como elevar o nível intelectual de nossos jovens. Tradução de Luiz Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1987.

TOMAZI, N. D. Sociologia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2007.